

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E MIGRAÇÃO FEMININA: As construções de gênero na cultura dos lavradores do Norte de Minas Gerais

Rosana de Jesus dos Santos¹

RESUMO

O objetivo norteador do presente texto foi analisar a migração feminina de diversas áreas rurais do Norte de Minas para a cidade de Montes Claros e o conseqüente ingresso no trabalho doméstico, como um aspecto da cultura dos lavradores pobres, calcado nas construções de gênero. O trabalho doméstico remunerado na cidade, representaria para esses grupos familiares uma estratégia de sobrevivência e por ser considerado como uma aptidão natural da mulher não a desviaria, pelo contrário a prepararia para o seu “destino” social e biológico: o casamento e a maternidade. **Palavras-chave:** Gênero, migração, trabalho doméstico

Palavras-chave: gênero; trabalho; migração.

ABSTRACT

The guiding objective of this paper was to analyze female migration in several rural areas of the North of Minas Gerais to the city of Montes Claros and the consequent entry into domestic work , as an aspect of culture of poor farmers , based on gender constructions . The paid domestic work in the city , would be for these family groups a survival strategy and be considered as a natural fitness woman not to divert instead to prepare for your " target " social and biological : marriage and motherhood. **Keywords:** Gender, migration, domestic work

Keywords: gender; work; migration.

Trabalho doméstico e migração em Montes Claros

A relação entre migração e trabalho doméstico remunerado é um dos temas que têm atraído atenção no interior dos estudos de gênero e etnia. Tanto a imigração de mulheres para várias regiões do mundo com conseqüente ingresso no trabalho doméstico, como os processos migratórios que se efetuam no interior do Brasil são marcados pelas diferenças de gênero, classe e raça-etnia. Segundo Suely Kofes:

O jornal *Le Monde* publicou um longo artigo sobre o emprego doméstico em algumas capitais africanas, e muito do que era ali descrito guardava algumas semelhanças com situações bem conhecidas no Brasil e em outros países da

¹ Doutoranda em História Social da Cultura com ênfase nos estudos de Gênero pela Universidade Federal de Uberlândia-Uberlândia –MG, Bolsista FAPEMIG orientada pela professora Dr.a Vera Puga..

América Latina (migração rural-urbana-transferência de meninas de suas famílias de origem rural para trabalharem e servirem em casas de famílias de classes médias e altas urbanas). (2001, p.23)

Pesquisando sobre as trabalhadoras domésticas em Montes Claros entre 1960 e 1980, tive a atenção despertada para a presença marcante de mulheres migrantes no trabalho doméstico naquela cidade. As mulheres que se dedicaram ao trabalho doméstico remunerado com as quais me deparei durante a pesquisa, eram oriundas da zona rural da cidade, bem como das zonas rurais de municípios vizinhos.

Durante a realização das entrevistas percebi que a migração de meninas ou mulheres jovens para se empregarem em residências na cidade, era uma prática comum no período. A migração era voluntária ou induzida pelos pais, ambas as formas aparecerem nos relatos, ora as mulheres migravam por iniciativa própria, ora, eram enviadas na infância pelas famílias. Interpretei essa origem comum das domésticas como resultado de uma prática cultural das famílias pobres da região Norte de Minas Gerais, se configurando também, como uma estratégia de sobrevivência articulada às construções de gênero dos grupos familiares desprovidos da zona rural.

Quando me refiro a uma prática Cultural específica de um grupo, tomo como referência o conceito de cultura definido por Burke em *Cultura Popular na Idade Moderna*. Segundo o autor Cultura é *um sistema de significados, atitudes e valores compartilhados, e as formas simbólicas (apresentações, artefatos) nas quais eles se expressam ou se incorporam*. Artefatos, segundo Burke deveriam ser compreendidos num sentido amplo, que incluísse *construções culturais tais como as categorias de doença, sujeira, gênero e política*. Definindo Cultura Popular o mesmo autor a classifica como *uma cultura não oficial, a cultura da não-elite, das 'classes subalternas'(...) o conjunto da não elite, incluindo mulheres, crianças, pastores, marinheiros, mendigos e os demais grupos sociais*.(BURKE,1989, p.21)

Partindo dessa definição de Cultura Popular, pretendo nesse texto, analisar a migração feminina com destino ao trabalho doméstico na cidade de Montes Claros, entendendo contextualizada na cultura dos lavradores da região Norte de Minas Gerais. Analisarei ainda o

paternalismo e as construções de gênero presentes nas relações entre empregadas e suas patroas e patrões.

O conceito de gênero definido como *construção social e cultural das diferenças sexuais* (RAGO, 1989, p.21) será utilizado para possibilitar a compreensão da naturalização do trabalho doméstico como um trabalho feminino, o que explicará a inserção das mulheres ainda crianças na atividade doméstica remunerada. A desvalorização social da atividade passa a ter uma explicação a partir das construções culturais de gênero, pois sabemos que *muitos gêneros de trabalho são definidos como femininos ou masculinos apenas por relações metafóricas com o que se concebe como de status superior ou inferior* (MACHADO,1998,p.116).

O *corpus* documental analisado é composto por cinco entrevistas realizadas entre Outubro de 2005 e Abril de 2006. Foram entrevistadas mulheres que atuaram como empregadas domésticas entre 1960 e 1980, apenas duas delas ainda se ocupam da função, a maioria atualmente realiza trabalhos domésticos não remunerados para manutenção de suas próprias unidades familiares. Também são analisados trechos de dois processos crime do mesmo período, em que aparecem empregadas e patroas/patrões em interação conflituosa.

Emprego doméstico: Aprendizado para o casamento

No período estudado tornou-se perceptível o costume social das famílias pobres da zona rural encaminharem suas filhas para o trabalho doméstico na cidade de Montes Claros, o trânsito do campo para as casas na cidade era mediado por famílias conhecidas da família das jovens. A Sr.a M.G.A.J, 48 anos² que migrou da zona rural para Montes Claros em 1978, narrou sua vinda para a cidade assim: *Quem me trouxe foi minha professora da quarta série, aí eu vim morar com a amiga dela (...) Num deu certo aí eu fui trabalhar com uma cunhada de minha irmã, o esposo dela tinha uma fazenda lá perto da casa do meu pai*³.

Existem nas fontes, referências à interação entre famílias pobres da zona rural e famílias ricas da cidade ao longo de gerações, sendo que as primeiras forneciam mão-de-obra feminina às segundas. Essa tradição fica visível na transcrição da fala de um patrão em um dos processos-

² Optamos por colocar apenas as iniciais das entrevistadas por sugestão das mesmas.

³ J. M.G.A. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

crime analisado: *a citada menor é filha de um antigo empregado do declarante e a sua mãe foi criada e casada na casa do declarante*⁴.

A situação de pobreza vivida no campo, a atração exercida pela cidade e suas novidades, a possibilidade de estudar na cidade e ao mesmo tempo fugir aos trabalhos rurais considerados pesados, são as possíveis explicações para esse movimento migratório de mulheres. Em suas falas elas explicitam ainda uma ambição pessoal atraindo-as para a cidade:

Foi tipo um choque, que eu já vinha assim prá morar mesmo. Prá mim foi ruim, porque eu não conhecia ninguém, eu ficava isolada (...) eu queria ficar, eu sempre tive uma opinião, eu queria vencer e vencer, aí eu queria ficar.(...)eu tinha vontade de vir eu não conhecia cidade nenhuma, no lugar que eu morava era pequeno, nem tinha nada, nada mesmo.⁵

Na fala de L.A é perceptível que a vinda para a cidade, apesar de assustadora, configurava-se como uma forma de ascensão social, estava relacionada à ideia de superação de si mesma, do medo, de alçar novos horizontes, de transformar a própria vida, de conhecer outros espaços, visto que nunca houvera saído do lugar onde nascera. No decorrer da narrativa, ela enumera os benefícios de trabalhar na cidade, poder se manter e ainda ajudar a família.

A histórica predominância das mulheres no trabalho doméstico está ligado à naturalização dessa atividade como feminina e, portanto, “destino natural” das mulheres, ligado às “naturais aptidões” das mesmas para o exercício destas funções. A longa preparação das mulheres para o trabalho doméstico começa na infância, com os brinquedos e com as “ajudas” às mães, esse longo treinamento é subsumido na falsa crença de que elas são “naturalmente” aptas para o trabalho doméstico, como se já nascessem sabendo executar essas funções.

Assim, desde a infância as mulheres são socializadas para o exercício da maternidade e para o cuidado dos filhos e da casa. Nos grupos mais empobrecidos da sociedade, o trabalho doméstico remunerado configura-se para as mulheres, como uma estratégia de sobrevivência que ao mesmo tempo *não(...) representa (...) uma agressão ao seu caminho 'natural' seja se preparando para ser doméstica ou uma dona- de -casa* (Ferreira, 2000, p.58)

⁴ DPDOR. Processo criminal lesão corporal n°000.002.407. Réu: J.T.S. Vítima: Z.J.S. 1968.

⁵ A.S.F. Montes Claros, 22 de Outubro de 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

Todas as mulheres entrevistadas relataram ter saído das casas de família na qual trabalhavam para se casarem, algumas posteriormente retornaram ao trabalho doméstico remunerado para manterem suas famílias.

Além dessas explicações é necessário ressaltar que o trabalho doméstico emergia também como um meio de satisfação/realização dos interesses das mulheres, ao representar uma oportunidade de trabalho ligada à possibilidade de moradia e subsistência. L.A, 38 anos, que migrou para Montes Claros em 1974, lembra que os patrões:

(...) davam roupa, calçado, quando eu ia pra Salinas elas pagavam minha passagem, entendeu? Aí aquele dinheiro que era de eu pagar passagem já levava pra eles(os pais) né? Eles mandavam um agrado, mesmo em dinheiro, eles mandavam uma quantia, que era assim bem significativa mesmo⁶.

A migração de mulheres e o conseqüente ingresso no trabalho doméstico, conforme Cláudia Maia é parte de um sistema de reprodução social utilizado pelas famílias do meio rural. Esse tipo de reprodução social consiste na ‘expulsão’ de um dos seus membros. Conforme a autora, *as mulheres ‘expulsas’ deixam de depender diretamente dos recursos da unidade familiar, bem como da partilha e exploração da terra que na maioria das vezes é insuficiente para todo o grupo familiar.*(Maia,2003,p.09)

A autora destaca que na cidade além de se constituírem em intermediárias na migração de outros membros do grupo familiar, essas mulheres podiam ajudar suas famílias em tempos de necessidade, a função de membro assalariado que socorre a unidade familiar.

Em nossa pesquisa percebemos uma dinâmica semelhante, as jovens buscavam ajudar às famílias que ficavam no campo. S. narrou desta forma:

Eu ganhava pouco, dez na mão dela, com aquele dez era assim, quando comprava o sapato eu num comprava roupa. Se sobrasse sobrava muito pouco num dava pra comprar nada. Eu ajudava meus pais, mandava as coisas prá lá, então era assim, que as vezes eu ficava um mês ou dois sem mandar nada pra eles.⁷

⁶ A. L. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.) Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

⁷ A.S.F. Montes Claros, 22 de Outubro de 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

No entanto percebe-se que não eram bem remuneradas, garantiam com muita dificuldade a própria sobrevivência. A situação de extrema penúria em que viviam as famílias de trabalhadores rurais subsidiava a exploração das jovens no trabalho doméstico nas cidades.

As mulheres ouvidas iniciaram sua vida de trabalho muito jovens, a maioria entre nove e dezenove anos. Nesse trecho de sua fala L.A narra sua migração ainda na infância: *Lá eu morava na roça e com dez ano, nove anos eu saí da minha casa e fui pra cidade*⁸.

A preferência das famílias empregadoras por meninas oriundas de outras localidades, provavelmente reside na possibilidade de um maior controle e exploração do trabalho das mesmas. Essa exploração intensa fica evidenciada na fala de F.S.A, 42 anos, ao descrever sua rotina de trabalho: *(...) era de segunda a domingo trabalhando (...) no domingo eu fazia banquete por que arreunia a família todinha duas, três horas da tarde era hora de almoço, aí quando eu terminava de arrumar a cozinha tava dando cinco, cinco e meia*⁹.

A pouca idade das meninas propiciava aos patrões a possibilidade de pagar menores salários e explorar mais eficientemente, mediante a justificativa de que eram responsáveis pelas mesmas. É recorrente a entrega dessas meninas pelas famílias diretamente aos patrões. L.A a respeito dessa ocorrência, disse: *Eles falaram com meus pais que mesmo durante eu tivesse com eles que eles não tinham que preocupar comigo com nada, né? Achavam que eram responsáveis por mim e o que acontecesse comigo enquanto eu estivesse com eles*¹⁰.

É importante destacar que a exploração do trabalho doméstico se sustentava sobre as diferenças de gênero, classe, etnia e etária. As famílias da cidade em geral buscavam meninas e não meninos para o trabalho doméstico. L.A relatou durante intervalos da entrevista, quando se sentiu mais à vontade: *Minha mãe falava: Nossa! Mais meninas eu tivesse, não ficava uma, todo mundo quer minhas filhas, se eu pudesse colava uma “preheca”¹¹ de barro nesses meninos para mandar tudo para a cidade.* Nesta fala percebe-se a imbricação entre o feminino e o trabalho doméstico. A mãe da narradora tinha consciência de que suas filhas eram requisitadas

⁸ A. L. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.) Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

⁹ S.A. F, Montes Claros, 30 de Abril de 2006. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

¹⁰ A. L. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.) Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

¹¹ Nome popular atribuído à vagina na região Norte de Minas Gerais.

por serem mulheres e, portanto, consideradas mais adequadas à função de empregada doméstica. Conforme sublinha Suely Kofes,

O emprego doméstico considerado em territórios nacionais implica uma circulação de pessoas entre mundos sociais e culturais distintos (entre classes; entre, muitas vezes, etnia, pessoas ou grupos racializados; entre rural e urbano; entre bairros urbanos etc.). O circuito é feminino e, quase sempre, a circulação é de mulheres. (Kofes,2001,p.23)

A maioria das narradoras é negra e ingressaram com menos de 10 anos no trabalho doméstico, assim, as diferenças étnicas, de gênero e etárias somaram-se se à origem rural sustentando a exploração do trabalho das mesmas no interior das casas patronais em Montes Claros, tal exploração era encoberta por práticas paternalistas.

Paternalismo e deferência nas relações entre domésticas e empregadores

A convivência entre patrões e empregadas domésticas em Montes Claros no período estudado era entrecortada por traços de relações paternalistas e personalistas. É perceptível que tanto por parte dos empregadores, quanto das domésticas existia a idealização de uma relação pautada por obediência, amizade e proteção. O paternalismo presente nessas relações no entanto, não significa ausência total de resistência por parte das domésticas diante da exploração vivenciada.

A resistência se dava dentro da teia do paternalismo e da deferência. Esse aspecto das relações paternalistas é discutido por Thompson, quando este situa a Cultura popular *dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos de paternalismo e da deferência (...)* (Thompson,1998,p.17) Stuart Hall se referindo ao “Povão” do século XVII, mostra também, que as ameaças de eclosão eram constantes sem, no entanto *romper os fios do paternalismo e da deferência(...)*(Hall,2003,p.249)

Num trecho de um dos processos criminais utilizados, a doméstica fala acerca das promessas feitas pelos patrões antes de trazê-la da zona rural, onde morava para trabalhar em sua residência: "*Prometeram pagar bem, que lhe tratariam com dignidade e lhe dariam roupas.*"¹²A

¹² DPDOR. Processo crime. Lesão corporal. 002.378. Réu: A.T.O. Vítima: G.L.F.1967. pg.09

promessa de doação de roupas e tratamento digno além do pagamento de salário é característica de uma relação paternalista em que patrões, na medida em que cumprissem suas responsabilidades, pretendiam exercer autoridade sobre os que o serviam. As responsabilidades dos patrões consistiam em proporcionar condições básicas de sobrevivência às empregadas. Sandra Laudernale Grahan acerca das relações paternalistas entre patrões e criadas escreveu:

Os patrões eram responsáveis por prover os cuidados básicos_ comida, abrigo, alguma roupa, remédios na doença. Em troca do que eles descreviam como o dever paternal de ministrar uma "educação moral e religiosa," eles exigiam que os dependentes retribuíssem com obediência.(Grahan,1992,p.108)

O período estudado pela autora vai de 1860 a 1910, esse período compreende os anos que antecedem a abolição e os anos subseqüentes à mesma. A convivência patrões e empregadas ora estudado, possui traços que se assemelham à relação entre criadas e seus patrões no Rio de Janeiro no período estudado por Grahan. Ou seja, na segunda metade do século XX em Montes Claros, notam-se permanências de práticas percebidas no trabalho doméstico no início do século.

Há evidências que em Montes Claros existia o costume de manter-se criadas para a execução dos trabalhos domésticos. Eram meninas criadas pelos patrões que executavam o trabalho doméstico sem remuneração, sendo punidas em caso de insubordinação. Nesse trecho de um processo por lesão corporal, acerca das acusações que lhe eram feitas um patrão se justifica:

Que de então para cá a menina tem se desenvolvido normalmente, pois tem boa alimentação, roupas e anda sempre limpa; que contudo ao ficar crescida, passou a demonstrar rebeldia, desobediência, embora bem tratada; que na verdade bateu algumas vezes por casa de sua irresponsabilidade e rebeldia.¹³

Nessa fala as identidades de pai e patrão se confundem, a agredida, uma jovem com treze anos era criada pelo agressor, mas executava todas as atividades domésticas em casa deste. Essa parece ser uma prática comum em Montes Claros não só no período desse estudo, Darcy Ribeiro em *Confissões* se refere a esse costume em Montes Claros:

O motor que realmente movia as casas eram as criadas. Meninas trazidas das fazendas que cresciam encarregadas de todo o serviço: cozinhar, lavar, passar, varrer. Não tinham salário. Ganhavam restos de roupas e sapatos. O pior é que não tinham nenhum contato externo(...). Envelheciam e morriam no serviço,

¹³ DPDOR.Processo crime por lesão corporal nº002.407. Réu:J.T.S.Vítima:Z.J.S.1968, pg.10.

aparentemente muito queridas como pessoas da família mas de fato escravas vitalícias. (Ribeiro, 1997, p.17)

Essa observação de Darcy em conjunto com as demais fontes, nos é útil à medida em que reafirma a ocorrência desse tipo de relação. No entanto seu olhar sobre a prática já citada, desconsidera a subjetividade das criadas e a estrutura social em que figuravam, é mais um julgamento pessoal, parte da memória do autor sobre a sociedade montesclarenses.

O contato com as fontes nos revelou não ser possível apreender a complexidade dessas relações com um olhar simplificado. A relação é tão peculiar que os próprios atores sociais divergem quando tentam classificá-la, alguns consideram essas mulheres como "criadas", outros como "empregadas", Darcy fala em "escravas vitalícias". Por parte das empregadas a definição também varia como veremos no desenrolar desse texto. Não queremos com isso negar que muitas mulheres viveram e trabalharam em condições precárias e até subumanas, mas o objetivo é lançar um olhar amplo sobre essas práticas buscando compreendê-las.

Há mudanças na forma de conceber a relação conforme a necessidade dos patrões e das domésticas.

A relação trabalhista que hoje concebemos como válida, no período estudado é ainda indefinida. Ela é pautada pelo paternalismo, o patrão assume características de um pai cabendo a ele proteger e corrigir seus subordinados. Da doméstica era esperada subserviência e respeito, em alguns casos quando esta não supria a expectativa, os patrões se viam no direito de puni-las: *Eu fiquei com raiva e respondia e ele veio para cima de mim como se quisesse me bater.*¹⁴

Por parte das domésticas é perceptível uma idealização de relação pautada pelo paternalismo. O desejo de se sentir parte da família e a proteção aparente proporcionada por esse tipo de interação aparece nessa fala de uma das entrevistadas: *Ela parece que gostava de mim, demonstrava preocupação comigo*¹⁵.

Os papéis de patroa e de mãe se confundem nessa fala de M.J.P.S, 53 anos: *Fui trabalhar na casa de Da.(...) essa foi uma mãe que eu arrumei, que era muito boa pra mim e me dava muito bem com ela e com os filho dela, eu e os menino dela, nós era como se fosse irmão*¹⁶.

¹⁴ S. S. P. Montes Claros, 22 de Outubro de 2005. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

¹⁶ S. M. J.P.Montes Claros 11 de Abril de 2006.1 fita cassete (60 min) Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

Não se pode desconsiderar os sentidos que os sujeitos sociais dão para suas vivências, nem julgá-las como equivocadas, na fala acima há uma valorização das relações estabelecidas com a família patronal, e em se tratando do trabalho doméstico, a proximidade favorece o desenvolvimento de afetos entre domésticas e empregadores, tal característica também propicia as ocorrências de violências.

Problematizando o trabalho doméstico Tina Chanter destaca que,

As trabalhadoras domésticas não só complicam qualquer distinção entre privado e público, já que trabalham nas casas de outras, onde frequentemente também vivem; as trabalhadoras imigrantes também colocam em questão a concepção unidimensional da casa como espaço doméstico e familiar. (Chanter, 2001, p.29)

A autora chama a atenção para a necessidade de problematizar a oposição público/privado considerando a sua constituição histórica e os significados que podem adquirir na perspectiva dos sujeitos sociais, em se tratando das domésticas, o espaço privado visto como lócus da intimidade é seu local de trabalho.

Relações nitidamente personalistas e paternalistas são apontadas em pesquisas acerca do trabalho doméstico no Brasil. Apesar da distância temporal e geográfica em que se situam esses estudos, o trabalho doméstico aparece entrecortado por traços paternalistas e personalistas. Essas permanências são próprias da História, as rupturas dos modelos sociais não acontecem de forma brusca, sendo que alguns traços de determinados sistemas permanecem, mesmo após o fim do referido modelo de organização social (é até questionável falar em lógica social, já que, as sociedades humanas são caracterizadas pela diversidade e pela multiplicidade de formas de relações).

O contato com os trabalhos de outras pesquisadoras que abordam o mesmo tema, permitiu questionar a relação paternalista, uma das características do trabalho doméstico remunerado, como unilateral, ou seja, tendo os patrões como únicos interessados. Um dos trabalhos é o estudo etnográfico de Jurema Brites, acerca do trabalho doméstico no Espírito Santo. Nesse trabalho, a autora não nega a posição desfavorável das domésticas em relação aos patrões, mas percebe que dentro dessas condições desfavoráveis, as relações paternalistas representam uma forma de "tirar o melhor proveito" da situação (Brites,2000).

Ao dirigir nosso olhar sobre as relações entre patrões e domésticas, tentamos despendo-nos de pré-julgamentos. Pois, a tendência é analisar uma relação de trabalho a partir da forma

com que as concebemos, ou seja, de forma racional. À medida que não se enquadram no modelo que consideramos válidos, essas formas peculiares de interação entre patrões e domésticas são taxadas como erradas. Ou seja, ao estabelecermos critérios de julgamento a partir de nossas concepções de certo e errado para uma relação de trabalho do passado, acabamos por ser anacrônicos e pior, perdemos a especificidade dessas relações.

A análise das fontes possibilitou-nos ouvir a voz das domésticas falando sobre os significados que as mesmas dão às suas experiências no passado. O sentido dado pelas mesmas para as relações ditas paternalistas é diferente do que concebemos como válido. Onde enxergamos apenas exploração e aviltamento elas vêem possibilidade de melhorias nas suas condições de sobrevivência. Reparemos na fala de uma das entrevistadas quando compara o trabalho doméstico na atualidade com a forma com que se organizava no passado:

(...) Naquela época eles ia comprar um armário ou um guarda-roupa eles pegava e dava a gente, hoje não, roupa muita roupa. Hoje eles pega as roupa tudo e põe no bazar, antigamente você ganhava roupa demais. Você ganhava mais pouco mas porém, é igual eu estou falando, você ganhava mais coisa que desapertava, hoje não, você ganha o salário, mas é difícil patroa que fala assim: vou pegar um móvel e te dar.¹⁷

Nessa fala a entrevistada aponta como vantagem na relação trabalhista do passado as doações feitas pelas patroas de roupas usadas e móveis usados. Ela contrapõe a forma que consideramos mais justa e racional de pagamento, ou seja, assalariamento, com os pagamentos usuais no passado, em que a insignificância do valor monetário dos salários era contrabalançada por doações de bens que a seu ver sanava as necessidades.

A formalidade instituída pela racionalização das relações trabalhistas para essa mulher e para muitas de suas contemporâneas, não representa a solução para a desigualdade social. O pagamento de salário mínimo e o cumprimento de outras formalidades legais, não sanam suas necessidades. As antigas práticas personalistas são vistas de forma favorável por elas.

Jurema Brites percebeu no já citado estudo etnográfico,

quanto às relações de trabalho e a perspectiva política decorrente dessa leitura. As empregadas encontraram vantagens no serviço doméstico, inexistentes no mercado de trabalho formal. Estas coincidiam justamente com aqueles fatores

¹⁷G. M.M. Montes Claros, 17 de Fevereiro de 2006. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

que os pesquisadores da condição feminina consideram como as raízes da subordinação que o serviço doméstico acarreta.(Brites, 2000,p.12)

É de fundamental importância que em nossas análises capturemos a forma com que os sujeitos históricos significam determinadas situações. Ao lembrar o passado, a entrevistada relaciona-o com a realidade por ela vivida no presente, já que ainda atualmente trabalha como doméstica:

Hoje paga salário, antigamente era melhor sabe por que? As pessoas reconhecia, dava você alguma coisa, pegava dinheiro te dava, te dava roupa, hoje não, hoje

você ganha sim, o salário digno, mas as pessoa não te dá nada, você não tem direito. Se você sai eles vai te cobrar pasta, vai cobrar sabonete, antigamente não fazia isso não, hoje se você sai cobra a comida, é hoje é, a lei é bom. Mas ao mesmo tempo ruim, desconta.¹⁸

Na fala acima cabe também questionar em que medida a narradora se apropria de discursos conservadores proferidos em momentos de transformação na legislação trabalhista que questionam os custos com a manutenção pessoal das trabalhadoras domésticas pelos patrões no interior das residências. É comum ouvirmos patrões e patroas resistentes em aceitar as transformações na legislação trabalhista no que tange ao trabalho doméstico, alegarem que se a trabalhadora doméstica terá os direitos iguais aos dos demais trabalhadores, deve também arcar com as despesas de sua manutenção pessoal, como alimentação, materiais de higiene pessoal e banhos que toma no trabalho. Tal discurso é utilizado para intimidar as trabalhadoras em reivindicar seus direitos.

É costumeiro olharmos a relação personalista de forma vertical. O superior, através de presentes ou doações, acaba por dominar a relação. O que recentes estudos propõem é uma abordagem diferenciada dessas relações, em que se percebe o sentido dado pelos subalternos a essa forma de interação. O subordinado (nesse caso a doméstica) estabelece relação de poder com seus superiores (patroas e patrões) tirando proveito da situação desfavorável em que se encontram ora resistindo com a mesma intensidade, ora burlando a vigilância; a exemplo da doméstica S. F.A, ao relatar o seu convívio com a patroa: *Ela gritava comigo, implicava comigo,*

¹⁸ G. M.M. Montes Claros, 17 de Fevereiro de 2006. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

*eu também gritava com ela. Que eu também num era 'flor que se cheira não' num ficava calada não.*¹⁹

O fato de participar da intimidade da família ao mesmo tempo em que tolhe as domésticas e as submete a condições péssimas, como já expusemos anteriormente, por outro lado possibilita-lhes desenvolverem estratégias de negociação com suas patroas, tornando-se suas confidentes. S.F.A, relembando seu passado, narrou: *Elas conversava assim comigo, as vez me contava as coisa, as vez até coisa que nem me interessava saber da vida deles, as vez me contava, as vez es tinha segredo também aí eu ficava curiosa querendo saber, descobrir, roubava fruta na geladeira*²⁰.

Durante a narrativa percebe-se que S. F.A ao lembrar que servia de confidente à sua patroa amarrou a essa lembrança a de que também tentava descobrir fatos que lhe eram omitidos. Novamente percebe-se que uma recordação puxa outra relacionada, quando às lembranças anteriores S.F.A junta à de que roubava frutas na geladeira. Nesse entrelaçamento de lembranças, percebe-se o sentido que S.F. A. dá às suas atitudes como formas de resistência encontradas para reverter a condição de subordinação em que vivia. É uma relação dialógica, pode ser que a patroa ao falar de seus problemas buscava inconscientemente ou estrategicamente a adesão da empregada para fazê-la sentir-se parte da família e, como tal, cooperar melhor na manutenção do lar.

Maria Isilda Santos de Matos , acerca desse aspecto das relações paternalistas, diz:

Consciente ou inconscientemente, procurava-se estabelecer dispositivos estratégicos que deveriam estreitar os vínculos de patrões e criados. Mesclando gratidão, adesão e envolvimento, procurava-se sutilmente a cooptação, sugerindo uma relação mutuamente admitida, mas com pressupostos normativos que, supondo noções valorativas, necessitavam da adesão dos criados. (Matos, 2000, p.179)

O objeto de estudo de Matos se situa no fim do século XIX e início do Séc. XX em São Paulo. Nesse trabalho ela mostrou as transformações operadas nas relações entre amos e criados

¹⁹ A.S.F. Montes Claros, 22 de Outubro de 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

²⁰ A.S.F. Montes Claros, 22 de Outubro de 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

a partir da Abolição e do advento da migração. Muitas das características por ela descritas nessas relações foram encontradas no trabalho doméstico em Montes Claros relativo ao período de 1960 e 1980. Assim é possível afirmar que o paternalismo presente no emprego doméstico é uma característica que permanece, malgrado as transformações pelas quais a atividade passou ao longo dos anos.

Considerações finais

Esse breve texto objetivou a compreensão da migração feminina com destino à cidade de Montes Claros e o conseqüente ingresso no trabalho doméstico remunerado como um aspecto da cultura dos trabalhadores rurais pobres do Norte de Minas Gerais. Essa prática cultural esteve articulada às construções de Gênero dos grupos, situando-se num universo de luta pela sobrevivência.

As mulheres ao ingressarem no trabalho doméstico, atividade esta, simbolicamente consideradas como parte das aptidões “naturais” femininas, estariam se preparando para o futuro desempenho da função de mães e donas-de-casa além de se encontrarem protegidas em um ambiente familiar sobre a guarda de um pai de família de onde sairiam apenas para o casamento.

Nas relações tecidas entre as empregadas domésticas e seus patrões o paternalismo é bem visível, contrariando análises do emprego doméstico no Brasil, esse aspecto das relações foi significado positivamente pelas empregadas domésticas entrevistadas. Em muitos outros casos, o paternalismo e a “proteção” significou opressão e violência, como no processo examinado.

Esse breve texto não pretende esgotar o tema, mas abrir possibilidades de reflexão acerca das formas como o trabalho doméstico foi significado e vivenciado no passado para que a partir dessas considerações possamos refletir sobre a atual configuração da atividade.

BIBLIOGRAFIA

BRITES, Jurema. Afeto, desigualdade e rebeldia: Bastidores do trabalho doméstico. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Europa, 1500-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CHANTER, Tina. *Gênero: Conceitos-Chave em Filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, História e Trabalho: Experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia-1970-1999*. 2000 pg. 58

GRAHAM, Sandra Laudernale. *Proteção e obediência: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro de 1860 a 1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas,SP: Editora da Unicamp,2001.

MACHADO, Lia Zanotta. *Gênero, um novo paradigma?*. *Cadernos pagu*, São Paulo, 11, p.107-125, 1998.

MAIA, C.J.; LOPES, M. F. A migração de mulheres do Jequitinhonha. *Oikos*. Revista brasileira de economia doméstica. Viçosa, v.14, n.2, p.109-122, 2003

MATOS, Maria Isilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. São Paulo: Edusc, 2002.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. In_ *Cadernos pagu*, São Paulo, v.11, p.89-90, Julho de 1990.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia. das letras,1997

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FONTES

Entrevistas

J. M.G.A. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

A.S.F. Montes Claros, 22 de Outubro de 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

A. L. Montes Claros, 22 de Abril de 2006. 1 fita cassete(60 min.) Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

S.A. F, Montes Claros, 30 de Abril de 2006. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida a Rosana de Jesus dos Santos.

Processos crime

DPDOR. Processo criminal lesão corporal nº000.002.407. Réu: J.T.S. Vítima: Z.J.S. 1968.

DPDOR. Processo crime. Lesão corporal. 002.378. Réu: A.T.O. Vítima: G.L.F.1967.